

AÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE NATAL (RN): DESAFIOS E LIMITAÇÕES

Celso Donizete Locatel; Kuerônso Klévesson Rêgo de Queiroz; Selma Aparecida Locatel
*Secretaria Municipal de educação de Natal (RN); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-DGE);
Secretaria Municipal de Educação de Marília (SP). E-mails: celso.locatel@gmail.com; klevessonqueiroz@hotmail.com;
selma_locatel@hotmail.com*

Resumo: A educação inclusiva é um direito do aluno, segundo a legislação federal em vigor, e também está contida no Plano Municipal de Educação de Natal (RN). Cabendo a todas as escolas receberem os alunos com alguma necessidade especial ou deficiência, são disponibilizados pela Secretaria Municipal de Ensino, em parceria com o MEC, equipamentos e materiais para compor as salas multifuncionais que devem possibilitar ações e estratégias de aprendizado e socialização para este grupo de alunos. Os desafios são inúmeros e a necessidade crescente, fatores que instigaram a realização desta pesquisa, que tem como objetivo analisar as ações implementadas pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Natal e os desafios para incluir e promover a educação daqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Aprendizado, Desafios,

1. Introdução

Existem várias possibilidades de enfoque para a análise do processo de inclusão na educação. Neste trabalho, o enfoque está direcionado para a educação infantil e fundamental, pois, quanto antes for possível desenvolver um trabalho precoce, entende-se que os resultados serão melhores, ampliando as possibilidades de desenvolvimento cognitivo das crianças com deficiências, assim como das não deficientes.

Cada vez mais a inclusão escolar tem sido discutida no meio acadêmico, e um ponto de consenso é que seu significado deveria ir além de colocar o aluno “para dentro” da escola, seria preciso propiciar a ele situações de aprendizagem, socialização, participação em todas as atividades, sem deixá-lo de fora do processo educacional. É importante levar em conta as necessidades de cada deficiência para que a escola tenha efetivamente uma prática inclusiva.

Ainda é necessário que as instituições como família e escola se envolvam com propósito comum da inclusão. A inclusão num contexto mais amplo como a escola, a comunidade e a família em sintonia é de grande valia para melhorar a qualidade de vida dos alunos em geral, tendo ou não necessidades educacionais especiais¹.

Diante dessas ideias o objetivo desse trabalho é analisar a implantação de políticas de educação inclusiva na rede municipal de Natal (RN). Para se atingir esse objetivo recorreremos a pesquisas bibliográfica e documental; entrevista semiestruturada junto à Secretaria Municipal de Educação, especificamente no Departamento de Educação Especial e Inclusiva, setor de transporte e Censo Escolar; visita à duas instituições de ensino, observação das estruturas disponíveis para a

¹ Neste trabalho, a terminologia necessidades educacionais especiais será entendida como deficiências.

prática educativa envolvendo alunos com deficiências, para que por fim pudéssemos compreender como se efetiva a política de educação especial e se a mesma promove, de fato, a inclusão desses alunos.

2. Histórico da compreensão da deficiência: do *rechaçamento* à busca pela inclusão educacional

Na história da humanidade, a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência foi se diversificando, em decorrência das condições sócio-históricas, assim como, conseqüentemente, a forma de agir e de tratar os sujeitos com deficiência.

Na Antiguidade a deficiência era vista com grande descaso. Os deficientes eram na maioria das vezes abandonados pelos familiares e, muitas vezes, eram ridicularizados perante a nobreza, que detinham o poder e o povo vivia a margem da sociedade de forma geral. De acordo com a literatura da época, os deficientes eram vistos pelos senhores como retardados mentais. Muitas vezes não eram nem considerados humanos (GUGEL, 2007).

Na Idade Média, a economia foi se modificando, ocorreu a expansão do cristianismo, o fortalecimento da Igreja Católica e o surgimento do clero, como classe social. Nesse novo cenário o povo servia para, ou tinha como função, trabalhar. Nesse contexto o deficiente começou a ser visto como “criatura de Deus”, também devido às ideias cristãs, mas se revelassem contra as ideias da Igreja, acabavam sendo perseguidos. Para Almeida e Costa (2013, p. 109) “o nascimento das pessoas com deficiência (PcDs) era visto como um castigo de Deus. As PcDs eram vistas por muitos como feiticeiras ou bruxas e assim como na antiguidade, muitas crianças foram ridicularizadas, servindo de diversão”.

Já no século XIII surgiram algumas instituições para abrigar as pessoas que eram consideradas deficientes mentais, mas era uma forma de segregação, sem intuito de cuidar. Mais ainda continuavam sendo excluídos da sociedade. E assim permaneceram por muitos séculos (SILVA, 1987).

Do século XVI em diante, o poder da Igreja Católica e as Monarquias foram sendo derrubadas. Com a Revolução Burguesa (1789), tornou-se hegemônico um novo modo de produção: o capitalismo (ainda no estágio mercantil). Nesse contexto, a deficiência começou a ser vista como uma doença que poderia ser tratada através da medicina, devido ao surgimento de ideias referentes à natureza orgânica, ou seja, a deficiência seria produto de causas naturais. Nesse contexto,

vários inventos se forjaram com o intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção aos portadores de deficiência, tais como a cadeira de rodas, bengalas,

bastões, muletas, coletes, próteses, macas, veículos adaptados, camas móveis, etc.; o Código Braille foi criado por Louis Braille e propiciou a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita, que é utilizado por pessoas cegas até os dias atuais (ANJOS, 2014, sp).

Mesmo assim, se manteve por um longo período, essas pessoas sendo tratadas em asilos, hospitais psiquiátricos, onde ficavam confinadas, ou escondido em casa pelos familiares. Somente no século XX, por volta de 1960, é que esse paradigma da Institucionalização começou a ser criticado.

Aranha (2000), fala sobre a inclusão social enquanto valor, paradigma e movimento. Enquanto valor, a inclusão significa respeitar as diferenças configuradas no princípio de igualdade. Quando se refere à inclusão social enquanto paradigma, fala sobre um conjunto de conceitos e práticas que são compartilhadas por toda sociedade, nos diversos momentos históricos.

A institucionalização foi o primeiro paradigma formal que se fundamentava na ideia de que a pessoa diferente deveria ficar afastada de toda a sociedade, vivendo segregada em instituições. Nesse período, o que ocorria era uma tentativa de “normalizar” essas pessoas consideradas deficientes, o que nunca aconteceria. Com o fracasso desse movimento, surgiu em decorrência do sistema de produção capitalismo, o interesse de “introduzir a pessoa com necessidades educacionais na sociedade, procurando ajudá-la adquirir as condições e os padrões da vida cotidiana, no nível mais próximo do normal” (ARANHA, 2000, p.18).

Assim, criou-se o segundo paradigma de Serviços, que assume uma ideia diferente da institucionalização, pois considerava que essas pessoas deficientes deveriam conviver em sociedade, porém deveriam se ajustar nessa sociedade, se assemelhando aos demais. Assim, se proliferaram as instituições e entidades que viriam ajudar essas pessoas a se integrarem na sociedade. Seu fracasso deu-se devido as reais dificuldades encontradas no processo de busca de normalização da pessoa deficiente; ao fato de não ser possível ser igual e; de o ser diferente ter menor valia que os demais (ARANHA, 2000).

Surge então, o terceiro paradigma: o de Suportes que, segundo Aranha (2000), parte do princípio de que as pessoas com deficiência necessitam além de serviços de avaliação e de capacitação, precisam também que a sociedade se reorganize de forma a garantir o acesso de todos ao espaço comum da vida em sociedade, seja qual for o tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresenta. Para tanto, é necessário que haja suportes físicos, pessoais, materiais, técnicos e sociais para a viabilização desse processo.

Cada um desses paradigmas, citados por Aranha (2000), deram sua parcela de contribuição para que mudanças ocorressem na sociedade, mas ainda há muito o que avançar para atender as necessidades para a inclusão de todos os indivíduos.

Nesse sentido, verifica-se que houve muitas conquistas que garantem a diversidade humana, como a Declaração de Jontiem, em 1989, na Tailândia, e a Declaração de Salamanca, em 1994, na Espanha, que proporcionaram momentos de reflexão sobre como desenvolver uma proposta de ensino inclusivo, de acordo com nossa realidade educacional (LEITE e OLIVEIRA, 2000).

Assim é necessário que a escola assuma também sua responsabilidade de atender a todos, não só permitido a entrada de alunos com necessidades educacionais diferenciadas, como garantir sua permanência com sucesso. A construção de uma escola inclusiva deverá ter como pressuposto básico um novo paradigma educacional garantindo a igualdade de oportunidade, considerando as particularidades de cada um.

Não podemos implantar a inclusão na escola sem uma reflexão sobre a necessidade de superar velhas práticas, fundamentadas em paradigmas retrógrados que desconsideram as diferenças. É preciso ser revista toda sua estrutura, organização, planejamento, didática, métodos, disciplinas, conteúdos, formas de conhecimento, avaliação e público atendido.

Nesta situação, Leite e Oliveira (2000) comentam que deve ocorrer mudança de atitudes e de paradigmas para construir uma escola inclusiva, que tenha uma proposta educacional que garanta e favoreça as condições de aprendizagem a todos num só contexto, proporcionando um ensino diferenciado e dando respostas educativas ao aluno durante todo o processo de escolarização.

Inclusão não significa apenas colocar o aluno “para dentro da escola”, é preciso propiciar a ele situações de aprendizagens, socialização, participação em todas as atividades, sem deixá-lo de fora do processo educacional.

3. Currículo escolar e adaptações curriculares para alunos deficientes

Para Leite e Oliveira (2000), as dificuldades para aprender se originam na interação do aluno com o contexto de ensino e aprendizagem, ou seja, as necessidades especiais educacionais têm caráter relativo e dinâmico, uma vez que a dificuldade educacional é considerada em relação ao nível curricular em que ele se encontra. Portanto, a heterogeneidade de necessidades desses alunos pode necessitar de adequações no ambiente ou na forma de ensinar. Cada circunstância exigirá uma discussão entre o professor da turma, a família, a direção da escola, a coordenação, a coordenadoria regional de educação e os demais membros da equipe de apoio.

É preciso que cada escola se organize para identificar o perfil dos alunos, quais as deficiências no grupo, desenvolver com a equipe escolar estudos que possam resultar em conhecimento acerca de que práticas e procedimentos que melhor atenderão às suas peculiaridades, necessidades e possibilidades.

Além de a escola necessitar elaborar um projeto pedagógico específico que envolva toda a comunidade educacional no planejamento da inclusão, ela deve criar a manutenção do sistema de suporte didático-pedagógico para o professor. Deve organizar-se de maneira que atenda a especificações legais quanto ao aluno por sala de aulas inclusivas, e procurar fazer parceria entre o professor do ensino regular com o educador especial (BRASIL, 2006).

Para realizar essas alterações e adaptações a escola possui certa autonomia, podendo identificar as necessidades educacionais, analisar e propor as adaptações no currículo, reorganizando-o em seus elementos básicos: conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação.

O currículo escolar pode ser visto como um guia sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. Segundo o PCN - Adaptações Curriculares (1999), o currículo exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade.

O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. O currículo para uma escola inclusiva, não deveria permanecer com uma visão de ensino atrelada a um currículo que propõe um mesmo conteúdo a ser ensinado a todos os alunos de forma padronizada. As escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes. Bem como as crianças com necessidades específicas, resultantes de deficiências, deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. O princípio regulador deveria ser o de providenciar a mesma educação a todas as crianças, e também prover assistência adicional e apoio às crianças que necessitam (MATOS e REIS, 2013). Essa concepção de ensino construída a partir das necessidades dos alunos está diretamente associada à Declaração de Salamanca², aprovada em 1994 (UNESCO, 1994).

Esse currículo flexível estrutura o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos e identificar as deficiências, e assim priorizar os recursos e meios favoráveis a uma educação de qualidade.

Como consta no Referencial Curricular para a Educação Infantil para a Educação de Crianças com deficiência (MEC, 2000), as adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Essas adaptações devem ser realizadas em três níveis:

² A Declaração de Salamanca resultou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, e trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

- **no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar):** devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio. Elas devem propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual (MEC, 2000);

- **no currículo desenvolvido na sala de aula:** as medidas adaptativas desse nível são realizadas pelo professor e destinam-se, principalmente, à programação das atividades da sala de aula. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo que favoreça a efetiva participação, integração e a aprendizagem do educando (MEC, 2000);

- **no nível individual:** compete ao professor atuar na avaliação e no atendimento do aluno, na definição do nível de competência curricular do estudante, bem como na identificação dos fatores que interferem no seu processo de ensino-aprendizagem. As adaptações têm o currículo regular como referência básica, e deve-se adotar formas progressivas de adequá-lo, guiando a organização do trabalho consoante com as necessidades do aluno (MEC, 2000).

Portanto, as escolas devem agir para impedir a exclusão, realizando ajustamentos para receber e manter o aluno no processo educativo.

O sucesso do processo de inclusão está diretamente ligado à possibilidade de reconhecer as diferenças e aceitá-las. Isso não significa ignorá-las, isso não significa colocar crianças com necessidades educacionais especiais na sala de aula regular e esperar que elas aprendam pela proximidade com seus colegas da mesma idade. Respeitar as diferenças é oportunizar os recursos necessários para que a criança aprenda (PELOSI, 2006, 121).

Diante do exposto até aqui, faz-se necessário verificarmos os marcos legais, as diretrizes da política de educação inclusiva em vigor no município de Natal para, posteriormente, analisarmos a realidade da educação inclusiva em escolas públicas do município.

4. O marco legal da educação especial

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/9), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bem como outras leis e decretos nacionais, estabelecem que a educação, dever constitucional do Estado, é um direito de todos e que a educação especial inicia-se durante a educação infantil, na faixa etária de zero a seis anos e que deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, num redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças (BONETI, 1997, p.168)

A Constituição Federal (1988) trata nos artigos 205 e seguintes o direito de todos à educação. Esse direito deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). E elege como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inc. I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) veio para remover as barreiras que impediam os alunos com deficiência de frequentarem as classes comuns do Ensino Regular. Esse trabalho é constituído por um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos com deficiência, proporcionando-lhes diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em seu Art. 54, III, afirma que “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A realidade brasileira, de uma forma geral, exige que se busquem alternativas para a integração do portador de deficiência, de maneira a garantir-lhe uma convivência participativa.

De acordo com o Plano Municipal de Educação da cidade do Natal 2015-2025, a Meta 4 do PNE corresponde a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, que obedece a resolução CNE/CEB nº4/2014:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, PNE, 2014).

Tratar do tema inclusão não significa matricular o aluno com deficiência na escola. Esse seria o primeiro passo e um direito garantido por lei, todavia, devem ser observadas as ações pedagógicas para que o processo de ensino-aprendizagem se efetive e este aluno possa desenvolver suas habilidades e superar suas deficiências.

O município de Natal oferece ensino de 0 a 17 anos, ainda além do estabelecido em lei, já que a oferta pré-escolar ultrapassa a escolaridade obrigatória para todas as crianças e adolescentes, que seria de 4 a 17 anos, além da oferta do ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A rede pública de ensino municipal de Natal também dispõe de serviços como as salas multifuncionais que são implantadas pelo MEC, transporte especial (Caminho da escola e PRAE), parceria com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, unindo responsabilidades do município,

estado e União compondo o quadro de apoio às famílias e alunos que se enquadram neste serviço de educação especial.

As dificuldades são enormes, principalmente em relação a infraestrutura das escolas, mesmo já tendo sido feitas algumas melhorias na maioria delas. Diante disso, faz parte também da Meta 4, segundo o PME 2015-2025:

Acessibilidade dos prédios escolares e seus equipamentos; Salas de Recursos Multifuncionais (infraestrutura física, equipamentos e mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas); Atendimento Educacional Especializado (profissionais habilitados e funcionamento regular); Formação continuada de professores e profissionais da educação (BRASIL, PNE, 2014).

Se promover um ensino de qualidade e formador da cidadania já é algo desafiador, trabalhar educação especial se torna algo mais desafiador ainda, porque além de necessitar de um olhar diferenciado e de uma sensibilidade por parte de gestores e docentes que devem lutar por políticas realmente inclusivas, tem que buscar efetivá-las de forma condizente com as necessidades dos alunos e de suas famílias, que muitas vezes perdem a esperança de um futuro melhor para seus filhos.

5. A educação inclusiva em Natal: ações práticas e desafios

A Secretaria Municipal de Educação do Natal dispõe de um setor voltado para a Educação Especial e Inclusiva, que orienta, executa e presta assessoria aos gestores e docentes quanto à prática docente com alunos com deficiência.

Em pesquisa realizada no referido setor, nos foi informado que todas as escolas da Rede Municipal de Ensino têm a característica de escola inclusiva, e que o Ministério da Educação escolhe o estabelecimento de ensino que receberá os investimentos de infraestrutura e material didático-pedagógico, buscando criar as condições necessárias para que as instituições recebam alunos com necessidades especiais. Das 50 escolas municipais cadastradas, 45 estão funcionando nos turnos matutino e/ou vespertino, das quais duas são Centros Infantis³, sendo que cinco escolas ainda constam com alguma pendência.

No Quadro 1 podemos observar as principais necessidades registradas no Censo Escolar 2016 na rede municipal de ensino de Natal. É importante destacar o número bastante expressivo de alunos que apresentam alguma deficiência e a demanda para o município em gerir este serviço de forma adequada.

³ Essas escolas têm como característica de Centros Municipais de Educação Infantil, atendendo crianças em creches e pré-escolas.

Além do apoio pedagógico, o município dispõe também de um serviço que promove o traslado dos alunos com limitações motoras. Estão a serviço da Secretaria Municipal de Educação 12 micro-ônibus adaptados, que buscam estes alunos nas suas residências, levando-os até as escolas e posteriormente deixando-os nas suas residências, atendendo atualmente um total de 247 alunos. Ao todo são 40 escolas contempladas com o serviço de transporte, sendo destas, 10 CMEIS (Centros de Educação Infantil).

QUADRO 1 – Matrícula dos alunos com deficiência, por unidade de ensino, no município de Natal – 2017.

TIPO DE DEFICIENCIA	UNIDADE DE ENSINO		TOTAL
	CMEI	ESCOLA	
Altas Hab./Superdotação ⁴	0	29	29
Autismo	76	215	291
Baixa visão	12	102	114
Cegueira	3	13	16
Def. Auditiva	13	107	120
Def. Física	47	272	319
Def. Intelectual	79	1.576	1.655
Def. Múltipla	7	143	150
Síndrome de Asperger	2	15	17
Síndrome de Rett	1	9	10
Surdez	3	44	47
Surdo-cegueira	0	4	4
Transt. Desintegr. da Infância	0	77	77
TOTAL	243	2.606	2.849

Fonte: SEEC/ATP/GAEE/SME/APA/Equipe de Estatística e Censo Escolar.

Em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os professores da Rede Municipal de Ensino que atuam em salas multifuncionais, recebem mensalmente cursos de capacitação e formação que tem como propósito auxiliar na prática cotidiana da escola, trazendo novas ferramentas e recursos para a prática da educação inclusiva, sendo atualmente, 69 docentes preparados para esta modalidade de ensino, número que é insuficiente para dar conta da demanda.

Verificou-se um notável crescimento do número de matrículas de alunos com necessidades especiais, contando, atualmente, com 2.849 alunos com deficiência matriculados. Em parte, esse aumento está relacionado ao fato de que muitos pais recorrem ao serviço município de apoio a educação de crianças com alguma deficiência, já que nas escolas privadas o serviço, muitas vezes, é falho ou inexistente, de acordo com relato da técnica da Secretaria Municipal de Educação.

Nos anos de 2010 e 2015 foram realizados concursos e, posteriormente, processos seletivos que incluíam as especialidades de tradutor e intérprete de Libras, para compor o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, além de parcerias com cursos da UFRN,

⁴ De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, Altas habilidades/Superdotação é considerada como deficiência, todavia neste trabalho não consideramos tal habilidade como deficiência.

especialmente das licenciaturas (com destaque para Pedagogia), que enviam estagiários para contribuir no apoio aos alunos com alguma necessidade especial.

Visando ampliar e melhorar o serviço de Educação Especial, há também a interlocução com a Secretaria de Saúde e de Assistência Social, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para completar o suporte aos alunos e famílias que necessitam do serviço e, em muitos casos, não sabem lidar com algumas situações e precisam de uma orientação mais específica.

Os avanços foram muitos, segundo informações da Secretaria, que vem ampliando a cada ano o apoio as famílias e alunos com necessidades especiais. Todavia, os desafios são inúmeros, como a manutenção do diálogo intersetorial nas escolas e Secretaria, capacitação continuada dos professores das salas multifuncionais e gestores das escolas, assim como os outros professores (formação em serviço), a deficiência nas graduações que não abordam de forma aprofundada a questão da educação especial e inclusiva, além da falta de recursos suficientes para o investimento em materiais pedagógicos e equipamentos.

Por se tratar de um trabalho bastante complexo, e em muitos casos difícil, devemos observar e orientar o trabalho docente para propiciar o alcance de formas culturais de pensamento valorizadas pela sociedade, deslocando o foco das limitações para centrá-los nas potencialidades, como ressalta Vygotsky (1993).

Nas escolas escolhidas para realizar a pesquisa de campo, a Escola Municipal Emanuel Bezerra, localizada no bairro Planalto e Escola Municipal Professor Arsendino Henrique de Almeida, localizada no bairro Pitimbu, nas salas multifuncionais são realizados trabalhos com todos os alunos que possuem alguma necessidade especial, com ou sem laudo, atendendo-os no contra turno, salvo em alguns casos especiais onde os pais não podem trazer a criança e a mesma termina sendo atendida no mesmo turno das suas aulas. Ambas possuem no seu Projeto Pedagógico, tendo como um dos seus valores, a inclusão de crianças independente das suas condições sociais, físicas, psicológicas, étnicas e religiosas.

As salas são equipadas com computadores, impressoras, jogos, livros, material de artes, brinquedos educativos, porém ainda é relatada a ausência de suporte na instalação de alguns equipamentos, por parte da Secretaria Municipal de Educação, como a impressora em braile enviada para Escola Municipal Emanuel Bezerra, além da dificuldade, relatada em ambas as escolas, de alguns educadores em se dispor em buscar estratégias para trabalhar com alunos com necessidades especiais, além do serviço prestado pelo ônibus escolar, não funcionar a contento como deveria.

Na Escola Municipal Professor Arsendino Henrique de Almeida, nos anos de 2014 foram atendidos 14 alunos com necessidades especiais, no ano de 2015 foram atendidos 22 alunos, em

2016 foram matriculados 16 alunos, em 2017 foram matriculados 19 anos e no corrente ano estão matriculados 22 alunos. Na escola Municipal Emanuel Bezerra, nos anos de 2014 foram atendidos 32 alunos, em 2015 foram 23 alunos matriculados, em 2016 foram 24 alunos matriculados, em 2017 foram matriculados 35 alunos e no corrente ano foram matriculados 37 alunos.

Sendo assim, podemos observar que a estrada ainda é muito longa e que os desafios ainda são inúmeros, mas que o trabalho em conjunto e a adoção de políticas educacionais mais humanizadas e efetivas podem mudar esse quadro ainda preocupante, já que nem todos os alunos dispõem desse serviço e em alguns casos os encaminhamentos ainda não são adequados.

6. Conclusões

Trabalhar com educação especial e inclusiva é um grande desafio. Além de políticas e ações, é necessário o engajamento da equipe de professores, gestores, funcionários e da própria Secretaria de Educação, que deve ter um olhar mais apurado com o atendimento das crianças e jovens com deficiência e seus familiares, que necessitam de total amparo e em muitos casos não sabem lidar com a deficiência ou necessidade especial do seu filho.

Buscamos com este trabalho apontar as ações de inclusão nas escolas da rede municipal do município de Natal, e em especial selecionamos duas instituições que oferecem serviços educacionais de inclusão com alunos com deficiência. Os desafios relatados são inúmeros, mas a vontade das professoras envolvidas nas salas multifuncionais das escolas visitadas é louvável, pois enfrentam grandes obstáculos para oportunizar àqueles que possuem alguma deficiência ou necessidade especial, a possibilidade de aprender e de se socializar, indo, em alguns casos, mais além, oportunizando um pouco de independência para um futuro com menos obstáculos.

É importante observar que além desse apoio ao professor, ainda são necessárias mudanças curriculares para atender as necessidades das crianças com ou sem deficiência, para propiciar uma educação de mais qualidade para todos.

Para se obter um resultado positivo da inclusão, é necessário um maior relacionamento entre escola, família e outros serviços públicos, garantindo as ações que se mostram essenciais e fundamentais para sua realização.

Entendemos que o caminho a ser percorrido é longo, mas as sementes plantas já começam a gerar resultados, perceptível no olhar das crianças e pais contemplados por este serviço, mas que necessitam ser ampliado e a política aperfeiçoada para atingir seus objetivos.

Referências

ALMEIDA, Ezeleide Viegas da Costa; COSTA, Sabrina Lima da. **A lei de cotas e o direito ao trabalho da pessoa com deficiência**. Revista Hiléia. Manaus, n. 19, jul./dez 2012. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2013.

ANJOS, Marcela Cristina Gomes dos. **(Re)Pensando o Papel da Pessoa com Deficiência Através da Educação**. (2014) Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2eeeabb94749b31c>>. Acesso em 20 mai. 2016.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão social a municipalização**. IN: MANZINI, Eduardo José. (Org.) *Educação Especial: temas atuais*. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental e Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações curriculares**. Brasília; MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)**. Brasília: Senado Federal 2005. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BONETI, Rita Vieira Figueiredo. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. IN MANTOAN, Tereza. **A integração de pessoas com deficiência: Uma contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Editora Memnon, 1997.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/artigos/PD_Historia.php> Acesso em: 20 maio. 2016.

LEITE, Lúcia Pereira; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. Escola Inclusiva e as necessidades educativas especiais. IN: MANZINI, Eduardo José. (Org.) **Educação Especial: temas atuais**. Marília, SP: Unesp-Marília-Publicações, 2000.

MATOS, Sandra Jung de; REIS, Leidiane. **Interação, família, escola e comunidade na educação inclusiva: sob o olhar do filme como anjos na terra**. Revista Científica da AJES, 2013. Disponível em: < <http://www.revista.ajes.edu.br/index.php/RCA/article/view/152>>. Acesso em 20 mai. 2016.

MEC – Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Ministério da Educação, Brasília: MEC, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2016.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Fundamentos em Educação Inclusiva**. Natal: EDUFRN, 2011.

PELOSI, M. B. Por uma escola que ensine e não apenas acolha: recursos e estratégias para a inclusão escolar. In MANZINI, E. J. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006, p. 121-132.

SILVA, Otto Marques da. **Epopéia Ignorada - A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

VIEIRA, Francieleide Batista de Almeida. **Reflexão da Prática Escolar: por uma educação inclusiva (Módulo Didático 9)**. Natal: EDUFRN, 2011.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.